



Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Educação
Curso de Especialização em
Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça

TAINÁ BORGES ANDRADE GARRIDO

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O PROUNI – PROGRAMA
UNIVERSIDADE PARA TODOS – ENQUANTO INSTRUMENTO
DE VALORIZAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE.**

Brasília – DF

2014

TAINÁ BORGES ANDRADE GARRIDO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR:
UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O PROUNI – PROGRAMA
UNIVERSIDADE PARA TODOS – ENQUANTO INSTRUMENTO
DE VALORIZAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE.

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como requisito para obtenção do grau de Especialista em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça.

Professora Orientadora: Dra. Girlene Ribeiro de Jesus

Brasília – DF

2014

TAINÁ BORGES ANDRADE GARRIDO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO AO ENSINO
SUPERIOR: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O PROUNI –
PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS –
ENQUANTO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO DO
NEGRO NA SOCIEDADE.

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho
de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Políticas
Públicas em Gênero e Raça da aluna

Tainá Borges Andrade Garrido

Dra. Girlene Ribeiro de Jesus

Professora-Orientadora

Msc. Mariana Marlière Létti

Professora-Examinadora

Brasília, 15 de maio de 2014.

Dedico este trabalho aos meus filhos, Maria
Vitória e Samuel e ao meu amado esposo,
David Garrido.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me iluminar e me conceder mais essa vitória. Agradeço aos meus familiares e em especial, pelo amor, paciência e apoio de meu esposo, David Garrido. Agradeço à orientadora Dra. Girlene e a todos os professores e tutores tão importantes nessa caminhada. Em especial, agradeço ao tutor Francisco Thiago, à prof^a. Ruth Meire à prof^a. Renísia, pela dedicação empreendida nesse curso de especialização.

“E Jesus disse: tudo é possível àquele que
crê.” (Marcos 9:23)

RESUMO

Este trabalho apresenta a política pública educacional ProUni e analisa a sua contribuição para a valorização do negro na sociedade. Através da revisão de literatura seguido de pesquisa documental e de busca de dados do SisProUni, IBGE, IPEA e Inep/MEC, incluindo também a lei de criação do ProUni, Lei nº 11.906/2005, foi possível analisar o propósito e o resultado dessa política desde a sua criação. Nessa pesquisa, identificou-se o perfil da maioria dos estudantes atendidos por essa política e constatou-se que o ProUni é um instrumento de valorização do negro na sociedade. No entanto, concluiu-se que é necessário combinar tal política com ações de inserção dos estudantes bolsistas do ProUni no mercado de trabalho, ainda durante o desenvolvimento do curso de nível superior.

Palavras-chave: Políticas Públicas Educacionais. ProUni. Valorização do negro na sociedade.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Taxa de analfabetismo no Brasil (2010)..... | 17 |
| Figura 2 – Alunos matriculados na rede federal de ensino superior por UF (2010)..... | 24 |
| Gráfico 1 – Crianças fora da escola por UF (2000 e 2010)..... | 17 |
| Gráfico 2 – Bolsistas por Região..... | 18 |
| Gráfico 3 – Bolsistas por Raça..... | 19 |
| Gráfico 4 – Bolsistas por sexo..... | 19 |
| Gráfico 5 – Bolsistas por modalidade de ensino..... | 19 |
| Gráfico 6 – Bolsistas por turno – Cursos presenciais..... | 20 |
| Gráfico 7 – Bolsistas por tipo de bolsa..... | 20 |
| Gráfico 8 – Taxas (%) de crescimento de matrículas e vagas ofertadas (2007-2011)..... | 21 |
| Gráfico 9 – Proporção (%) da opinião dos entrevistados quanto à quantidade de vagas oferecidas e à avaliação dos critérios de seleção do ProUni (2010)..... | 22 |
| Gráfico 10 – Evolução do total de matrículas no ensino superior público no Brasil (1990-2010)..... | 23 |
| Quadro 1 – Perfil básico da maioria dos alunos atendidos pelo ProUni..... | 25 |
| Quadro 2 – Perfil básico da maioria dos alunos atendidos pelo ProUni..... | 26 |

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total de matrículas no ensino superior - Brasil (2004, 2007 e 2010). 23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MEC – Ministério da Educação

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

SISPROUNI – Sistema de Informações do ProUni

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

PIBID – Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência

UAB – Universidade Aberta do Brasil

CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica

PNE – Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

Lista de Ilustrações

Lista de Tabelas

Lista de Abreviaturas e siglas

| | |
|---|-----------|
| 1 – INTRODUÇÃO..... | 1 |
| 1.1 -Contextualização..... | 2 |
| 1.2 Formulação do Problema..... | 3 |
| 1.3 Objetivo Geral..... | 3 |
| 1.4 Objetivos Específicos..... | 3 |
| 1.5 Justificativa..... | 4 |
| 2 – REFERENCIAL TEÓRICO..... | 5 |
| 2.1 Reconhecimento e participação social | 5 |
| 2.2 A reforma gerencial e as políticas públicas no Brasil..... | 7 |
| 2.3 Políticas Públicas..... | 8 |
| 2.3.1 Políticas Públicas em Educação Superior..... | 9 |
| 2.3.1.1 ProUni..... | 10 |
| 3 – METODOLOGIA..... | 13 |
| 3.1 Caracterização da área..... | 13 |
| 3.2 Amostra..... | 14 |
| 3.3 Caracterização dos instrumentos de pesquisa..... | 15 |
| 3.4 Procedimentos de coleta e análise de dados..... | 15 |
| 4 – RESULTADOS..... | 16 |

| | |
|---|----|
| 4.1 Educação no Brasil e o ProUni..... | 16 |
| 4.2 Oferta de vagas no Ensino Superior..... | 21 |
| 5 – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS..... | 25 |
| 6 – CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES..... | 29 |
| REFERÊNCIAS..... | 31 |

1. INTRODUÇÃO

Com as reformas educacionais vivenciadas em nosso país nas últimas décadas e a implementação de inúmeras políticas públicas em educação a luta pela democratização e universalização do ensino vem ganhando poderosos reforços. No entanto, é preciso avaliar a eficácia de tais ações a fim de garantir que essas políticas atingirão seus principais objetivos: garantir o acesso à educação e a melhoria da qualidade do ensino no Brasil.

Tendo estas transformações sociais e educacionais em vista, essa pesquisa foi desenvolvida com o intuito de verificar se a política educacional ProUni – Programa Universidade para todos – é um instrumento de valorização do negro na sociedade brasileira.

Não se pode esquecer, no entanto, que o Brasil é um país com sérios problemas devido à má distribuição de renda, altos índices de analfabetismo e que sofre com as consequências históricas da escravidão. Em um país em que aqueles que têm menos anos de escolarização são os negros e pobres, é preciso repensar questões relacionadas ao acesso à educação por parte de grupos minoritários.

Dessa forma, esse trabalho é fruto do questionamento sobre a existência de uma relação entre a implementação do ProUni e a valorização do negro na sociedade. Se o indivíduo, através de um curso superior, está mais capacitado e preparado a competir em iguais condições com seus concorrentes, ele terá também maior probabilidade de conseguir melhores empregos, maior remuneração e sentir-se valorizado no mercado de trabalho e pela sociedade.

Outro fator a ser destacado nesta pesquisa são as disparidades no alcance do ProUni entre as cinco regiões brasileiras. Cada região tem características próprias e a hipótese é que o número de estudantes contemplados com bolsas de estudos no ensino superior seja heterogêneo entre si. Também serão investigados quais os tipos de cursos são os mais

procurados quanto ao turno estudado e modalidade de ensino (presencial e ead).

Deseja-se ao fim desta pesquisa traçar um perfil dos estudantes atendidos pelo ProUni e analisar se essa política contribui para a valorização do negro na sociedade.

1.1 Contextualização

Apesar de inúmeras ações adotadas pelo governo brasileiro nas últimas duas décadas visando à universalização do ensino básico, ampliação da oferta de vagas no ensino superior e medidas que propiciam a avaliação e melhoria da qualidade do ensino no país, o Brasil ainda possui índices alarmantes de analfabetismo, que é ainda maior entre os negros e os mais pobres (IBGE, 2010).

Além disso, a oferta de vagas nas instituições de ensino superior não acompanha a demanda de formandos do ensino médio. Existe uma defasagem entre a disponibilização de vagas em universidades públicas e o aumento de pessoas que poderiam ser alunos do ensino superior (concluintes do ensino médio). Segundo o resumo técnico do Censo da Educação Superior 2011 (MEC, 2013), em 2011 o Brasil contou com 2.365 instituições de ensino superior, que juntas, contaram com 6.739.689 matrículas neste mesmo ano, enquanto que, segundo este mesmo estudo e período, a população com faixa etária de 18 a 24 anos, que corresponde à faixa esperada para cursar a educação superior, era de 22.497.453.

Com o intuito de ampliar a escolarização da população brasileira, foram criadas diversas políticas públicas educacionais. O ProUni tem o objetivo de prover um maior acesso dos jovens à educação superior.

1.2 Formulação do problema

A fim de analisar se a política educacional ProUni trata-se de um instrumento de melhoria de condições de acesso ao ensino superior e de valorização do negro na sociedade, esta pesquisa se propõe a responder aos seguintes questionamentos: O ProUni tem contribuído para melhorar o acesso do negro no ensino superior? E o ProUni, enquanto política de acesso às vagas do Ensino Superior tem sido um instrumento de valorização do negro na sociedade?

1.3 Objetivo Geral

O objetivo dessa pesquisa é analisar se a política pública educacional ProUni tem sido um instrumento de valorização do negro na sociedade, ao passo que promove o acesso do negro ao Ensino Superior.

1.4 Objetivos Específicos

Com o intuito de alcançar o objetivo geral desta pesquisa, são traçados os seguintes objetivos específicos:

- a) caracterizar o ProUni;
- b) descrever a abrangência do ProUni no Brasil;
- c) identificar o perfil dos alunos contemplados com bolsas do ProUni de 2005 a 2013, segmentando-os por raça/cor; e,
- d) buscar contribuições do programa em questão para a valorização do negro da sociedade através da inserção deste em uma instituição de ensino superior da rede privada.

1.5 Justificativa

A presente pesquisa encontra sua relevância ao fazer um recorte de raça ao traçar um perfil dos estudantes contemplados com bolsas do ProUni e verificar se essa política tem contribuído para a valorização do negro na sociedade.

Esta pesquisa também terá como contribuição a elaboração de um quadro com o perfil dos alunos atendidos pelo ProUni, que poderá servir como argumento para implementar melhorias no programa.

Adicionalmente, essa pesquisa tem potencial de influência no campo das ciências políticas, no que diz respeito à formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, pois irá investigar a abrangência do ProUni, sugerindo mudanças e questões que poderão melhorar o conhecimento público e governamental sobre o público atendido.

Este trabalho trata de um tema de suma importância a ser estudado: a efetividade de uma política pública e a sua utilização como instrumento de valorização de um grupo socialmente excluído, a saber: negros e pobres.

Em suma, este é um trabalho baseado na experiência real de implementação de uma política pública educacional e o seu desenvolvimento se justifica pela relevância do tema na área de gestão de políticas públicas e da tentativa de diminuir ou ainda, dirimir, as desigualdades no acesso ao ensino superior no Brasil. São contribuições teóricas de uma política educacional posta em prática desde 2005, que pode pela quantidade de informações públicas e a disposição de pesquisadores e governos, auxiliar no desenvolvimento de ações conjuntas de assistência aos alunos beneficiados pelo ProUni.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados aspectos relevantes sobre o tema discutido nesta pesquisa, como reconhecimento, participação social, políticas públicas e o ProUni. Essa fundamentação teórica se faz necessária para a contextualização e consistência da investigação a respeito do ProUni no Brasil e para a análise da abrangência dessa política, com foco na questão racial, que será empreendida nos próximos capítulos deste trabalho.

2.1 Reconhecimento e participação social

A fim de entender a justiça, a participação social e a concepção de políticas públicas no Brasil, faz-se necessário analisar a necessidade de reconhecimento e o desejo de participação dos brasileiros no processo político do país.

Para Honneth (2003, 2007), cada negação corresponde a uma demanda por reconhecimento que resultará no desenvolvimento de uma fase da consciência moral de cada indivíduo e da sociedade. Sendo assim, os três tipos de negação definidos por ele (humilhação, privação de direitos e discriminação), desencadeiam três padrões de reconhecimento (amor, ordem legal e solidariedade), que garantem a dignidade, autoconfiança, autoestima, respeito e autorrealização dos indivíduos.

Desta forma, essas negações podem ensejar o reconhecimento no plano legal para, por exemplo, o reconhecimento dos direitos e inclusão social. Nesse sentido, os grupos vulneráveis e excluídos socialmente, sentem necessidade de serem ouvidos, incluídos no meio social e nas decisões políticas de seu interesse. Dallari (1931), afirma que é preciso se organizar por meio de grupos e possibilitar a conscientização política dos cidadãos para promover a participação política, fazendo com que grupos saiam da marginalização e consigam participar e integrar os processos decisórios,

principalmente em uma sociedade em que a democracia representativa dessas minorias precisa ser representada por eleitos que tenham vontade política de promover a justiça social e minimizar as desigualdades econômicas, as de gênero e de raça.

Essa necessidade de reconhecimento, a pressão advinda dos movimentos sociais e a transição democrática vivenciada pelo povo brasileiro na década de 80, culminaram na elaboração de um arcabouço legal mais atento à existência de disparidades e empenhado na diminuição destas, o que teve por consequência o texto da Constituição Federal de 1988, que expressa à igualdade entre homens e mulheres e repudia ações discriminatórias de qualquer tipo.

O artigo 5º do inciso I da Carta Magna estabelece que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. O fato da Constituição de 1988 estabelecer que homens e mulheres sejam iguais não garante em nossa sociedade que esta igualdade seja posta em prática.

A formalidade legal do direito à igualdade entre homens e mulheres não garante o exercício da prática de tal direito. Fato este que culmina em uma série de reivindicações dos movimentos feministas e da necessidade de outras leis complementares ao exercício de tal direito, a exemplo da “Lei Maria da Penha”, entre tantas outras. A citação da igualdade de gênero na Constituição é um grande passo para a efetiva igualdade, mas infelizmente ela ainda não é concreta em nossa sociedade: as mulheres ainda ganham menos que os homens, mesmo quando ocupam as mesmas funções. As mulheres ainda são vítimas de violência doméstica e de machismo, e ainda não alcançaram o mesmo nível de escolaridade dos homens. É claro que estes indicadores são gerais, mas apontam para a existência (ainda) de desigualdades de gênero no Brasil.

Além disso, notamos ainda que os mais pobres no Brasil são os negros. O estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2003) aponta para a existência de 46,8% de negros abaixo da linha de pobreza no Brasil.

Entre brancos, a taxa é de 22,4%. Embora mulheres e homens negros sejam 44,7% dos brasileiros, eles representam 68% dos 10% mais pobres no país.

Todos estes dados aqui apresentados só reforçam a necessidade de se implementar políticas públicas a fim de diminuir as desigualdades socioeconômicas e conduzir a nossa sociedade para a igualdade expressa em nossa constituição. Reforça Santin (2004) que a Constituição é a base para as políticas públicas, pois ao estabelecer princípios, dá o direcionamento a ser seguido para os governantes no desenvolvimento das atividades públicas.

Desta forma, fica claro que a grande finalidade das políticas públicas é atender as demandas sociais e trazer a igualdade da dimensão legal para a dimensão material, tornando-a efetiva e substancial.

2.2 A reforma gerencial e as políticas públicas no Brasil

A reforma gerencial brasileira de 1995 teve por objetivo tornar a administração pública mais eficiente, legitimando os grandes serviços sociais de educação, saúde, previdência e assistência social, que a partir da Revolução de 1930 e da transição democrática de 1985, resultaram na transformação do regime político de oligárquico-liberal em um regime democrático e social (Bresser-Pereira, 2008).

A reforma de 1995 compreendeu três dimensões: i) a institucional-legal, que visou à descentralização organizacional da máquina pública e resultou na criação de agências executivas, agências regulatórias e nas organizações sociais; ii) a da gestão, que conferiu autonomia aos gestores públicos e introduziu a administração com foco em resultados e o controle social na administração pública; e iii) a cultural, que trouxe uma mudança de ideologia, pois essas mudanças trariam uma imagem de “eficiência e moralidade” ao serviço público pós reforma gerencial, contrastando com a imagem de “desonestidade e lentidão” que difamava o modelo burocrático.

Com a reforma do Estado, a partir de 1995, houve, então, a descentralização dos serviços essenciais e o aumento da atuação participativa dos cidadãos. Isso possibilitou a participação do povo na formulação das políticas públicas e no acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos públicos.

A reforma gerencial tornou o estado democrático brasileiro mais participativo, fazendo com que o cidadão tenha cada vez mais espaço para opinar sobre os rumos políticos do país e que os grupos socialmente excluídos tenham voz ativa. Ainda assim, além da participação cidadã, é preciso implementar políticas sociais realmente efetivas, que correspondam aos anseios da sociedade brasileira.

2.3 Políticas Públicas

Segundo Peters (1986), política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que têm, por consequência, influência na vida dos cidadãos. Lynn (1980) afirma que política pública é um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos.

Appio (2006) conceitua políticas públicas como sendo um instrumento de execução de programas políticos com a finalidade de assegurar a igualdade aos cidadãos. Leal (2010) ensina que a política pública é uma ação estratégica que tem por objetivo atingir fins previamente determinados por finalidades e princípios de natureza pública.

Santin (2004) considera que a política pública é um mecanismo de efetivação das normas legais e um meio de planejamento para a execução de serviços públicos.

A política pública pode ser considerada resultado de vontade política visto que, segundo Dye (1984), ela é o resultado da escolha (ou não) do governo.

A política pública surge ou pode surgir por diferentes motivos como, por exemplo, por resultado da reivindicação de um grupo organizado, como resultado de uma agenda governamental, por legitimação de determinada política, pelo resultado de avaliação de determinados índices ou indicadores ou por avaliação de outra política pública, entre outros motivos.

As políticas públicas podem ser também setoriais ou ter uma área de atuação, como por exemplo, as políticas de saúde, educação, segurança pública, habitação, entre outros.

Tendo por base essas definições, podemos afirmar então que, a política pública é uma ação intencional com objetivos pré-determinados a serem alcançados para assegurar direitos e igualdade aos cidadãos. Dessa forma, a política pública pode ser resultante de princípios e diretrizes expressas na constituição e arcabouço legal, de mobilização social ou de planejamentos de governo.

2.3.1 Políticas Públicas em Educação Superior

A década de 1990 foi marcada pela luta a favor da democratização do ensino básico. Isso se deve, em parte, às pressões sociais pela melhoria da qualidade do ensino e sua universalização.

Outro fator que contribuiu para reformas nas estruturas da educação brasileira é o aumento da procura por vagas nas universidades, consequência, em parte, da maior exigência do mercado de trabalho por profissionais capacitados e com nível superior. Segundo Oliven (2002), em 1981 o Brasil tinha apenas 65 Universidades. Em 2011, segundo o Censo da Educação Superior, 2.365 Instituições de Ensino Superior (Inep, 2011), o que representa

mais de trinta e seis vezes a quantidade de instituições existentes na década de 80. Mesmo com o aumento de instituições de ensino superior, o aumento da demanda por vagas não acompanha o ritmo de abertura e construção de novas universidades.

Para suprir essa demanda social e educacional, têm sido desenvolvidas no Brasil diversas políticas públicas visando à democratização do acesso ao ensino superior, como o Programa Universidade para todos (ProUni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), Políticas de cotas nas instituições federais de ensino, além de outras ações como os programas pré-vestibulares gratuitos, a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).

2.3.1.1 ProUni

Segundo Catani *et al.* (2006), o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 10.172/2001) estabeleceu como meta aumentar para 30% a quantidade de jovens de 18 a 24 anos matriculados em curso superior até 2010. Para que essa meta fosse alcançada, foi preciso que o governo elaborasse e executasse uma série de medidas para a ampliação de ofertas de vagas no ensino superior.

Entre essas medidas, está o Programa Universidade para todos – ProUni, que foi criado em 2004 através da Medida Provisória nº 213/2004 e instituído pela Lei nº 11.096/2005.

O ProUni é destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e de bolsas parciais de cinquenta ou de vinte e cinco por cento para estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. Em contrapartida, as

instituições que concedem as bolsas por meio de adesão ao programa, são beneficiadas com isenções fiscais.

O critério para ser beneficiado por essa política pública é unicamente econômico: estudantes de baixa renda, oriundos de escolas públicas de ensino médio podem participar do programa. A nota do Enem é utilizada como critério de classificação para os cursos e instituições de ensino superior escolhida pelos estudantes.

Segundo Heringer e Ferreira (2009), o ProUni trouxe muitas polêmicas e discussões. Esse programa é visto por alguns críticos, a exemplo de Leher (2004), como uma política de salvamento do setor privado, visto que além dos incentivos fiscais tem como consequência a redução da inadimplência ao invés da construção e criação de novas instituições públicas de ensino superior. Carvalho (2006) pondera que a gratuidade integral ou parcial para estudar advinda com o ProUni, por si só, não é suficiente para seus beneficiários, sendo necessário somar-se a ações de assistência estudantil.

Segundo o Censo da Educação Superior 2011, no que se refere à categoria administrativa, das 2.365 Instituições de Ensino Superior – IES, 88% são privadas e 12%, públicas, sendo 4% estaduais, 4,3% federais e 3% municipais. Os autores Carvalho e Lopreato (2005) atestam que o crescimento das IES privadas deu-se em função do incentivo fiscal proveniente do ProUni, mantendo uma tradição de políticas públicas que mais beneficiam o setor privado e não necessariamente promovem medidas democratizantes.

Apesar de todas as críticas às quais esse programa recebe, é fato que as modificações nos sistemas de financiamento estudantil, como o Fies e a implementação do ProUni contribuíram com o aumento do número de jovens no ensino superior, ao longo desses dez anos da criação do ProUni.

Segundo Gatti (2011), o ProUni é uma política social e educacional que provê o acesso dos menos favorecidos economicamente ao ensino superior.

“Política social, na medida em que amplia a possibilidade para jovens adultos de camadas sociais menos favorecidas economicamente de frequentarem cursos de graduação em nível superior [...]. Política educacional, na medida em que pode aumentar o número de anos de escolarização da população, seu nível escolar e de aprendizagem para estudantes que, sendo concluintes do ensino médio, teriam poucas condições econômicas de prosseguir em sua formação em nível superior.” (GATTI, 2011, p.61).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como estudo exploratório-descritivo, buscando compreender o fenômeno advindo com o Programa Universidade para todos – ProUni, como instrumento de valorização e acesso ao Ensino Superior da população negra brasileira. Busca também descrever determinado grupo inserido na sociedade, analisando o aumento da escolaridade, aumento da oferta de vagas em instituições de ensino superior e os benefícios para este público-alvo, após a promulgação da Lei nº 11.906 de 2005, que instituiu essa política pública.

Quanto à abordagem adotada, esta pesquisa é quantitativa, utilizando-se de pesquisa secundária, fazendo uso de dados provenientes do IBGE, Inep (Censo da Educação Superior) e IPEA, em que se observará a frequência em relação aos itens investigados. Os dados extraídos do Sisprouni são os dados públicos, pois não se obteve êxito em obter dados não públicos deste sistema para a realização desta pesquisa.

Dessa forma, quanto à abordagem metodológica, a pesquisa será quantitativa, ao passo em que será acrescida de pesquisa documental.

Após revisão da literatura e ampla coleta de dados provenientes do Inep/MEC, IBGE e IPEA, a pesquisa visa identificar, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, como se delineou a sociedade brasileira após a implementação do ProUni e o perfil dos beneficiados negros.

3.1 Caracterização da área

O Brasil é um país composto por 27 unidades federativas. Além disso, é um país grande em extensão, porém marcado pelas desigualdades de gênero

e raça, má distribuição de renda e alta concentração populacional nos centros urbanos.

A discriminação racial e os problemas advindos dela são consequências da forma de colonização exploratória deste país por parte dos espanhóis e portugueses, do tráfico de escravos entre os séculos XVI e XIX, no qual os portugueses foram responsáveis pelo sequestro de milhares de pessoas do continente africano, e da alta concentração de renda dos portugueses natos em detrimento dos mestiços, indígenas e negros no Brasil.

Há também as desigualdades entre regiões e estados brasileiros. Podemos citar, por exemplo, o que acontece com os estados nordestinos, que sofrem com a má distribuição de renda e altas taxas de analfabetismo. Segundo o Censo populacional de 2010 (IBGE, 2010), o Nordeste é a região com a maior taxa de analfabetismo do Brasil, com 18,54% de analfabetos, na população com 15 anos ou mais de idade, e na Bahia essa taxa é superior a 15%.

Entre os analfabetos brasileiros, segundo os resultados desta mesma pesquisa, a maioria é composta por homens e por pessoas que se autodeclararam negros.

O Brasil é um país extenso, marcado pelas feridas deixadas pela escravidão e colonização portuguesa, e que hoje ainda é um país desigual, tanto em relação às questões educacionais quanto em relação ao desenvolvimento econômico de suas regiões.

3.2 Amostra

A amostra é composta pelos estudantes que receberam bolsa do ProUni desde 2005 até o segundo semestre de 2013, constituída por 1.273.665 estudantes.

3.3 Caracterização dos instrumentos de pesquisa

Nesta pesquisa procedeu-se a análise de conteúdo de documentos como fonte de pesquisa primária e secundária. Após essa análise, elaborou-se fichamentos com resumo dos textos, dos principais dados e de citações. Também foi elaborado um roteiro de coleta e tabulação de dados para proceder à consolidação dos dados e validação da hipótese inicial da pesquisa.

3.4 Procedimentos de coleta e de análise de dados

Para a aquisição de informações, procedeu-se a revisão de literatura a fim de identificar pesquisas já realizadas a respeito do tema. Posteriormente, realizou-se a coleta de dados nos sites do IBGE, IPEA, INEP e MEC, além da busca de dados em resumos técnicos e banco de dados dessas instituições.

Os dados do Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010), do Censo da Educação Superior (Inep/MEC) e a coleta de informações no Sistema Informatizado do ProUni – SISPROUNI, foram de extrema importância para a realização dessa pesquisa, além de constituírem a principal fonte de informações.

Após a coleta e tratamento dos dados, procedeu-se o cruzamento e análise das informações a fim de produzir os resultados desta pesquisa, que serão apresentados no capítulo de análise e discussão dos resultados.

A análise descritiva constituiu-se, basicamente, em obter informações sobre quantidade de pessoas que se autodeclararam pardas e negras, porcentagem de analfabetos, percentual de pessoas de acordo com sexo, quantidade de alunos atendidos pelo ProUni e dados desagregados a partir de informações da amostra e da população. Esses dados são expressos nesta pesquisa por meio de tabelas, gráficos e porcentagens. Os dados e o tratamento informações coletadas serviram para gerar o perfil dos alunos atendidos pelo ProUni no Brasil.

4 RESULTADOS

Nas últimas duas décadas, têm-se visto a criação e desenvolvimento de inúmeras ações e políticas públicas visando atender os anseios e necessidades da população brasileira. Entre elas, estão políticas públicas de democratização da educação e ações que buscam ampliar a oferta de vagas nas instituições de ensino superior, como o ProUni.

O objetivo dessa pesquisa é analisar a contribuição do ProUni para a valorização do negro na sociedade através do ingresso no ensino superior. Para isso, verificaremos as contribuições do ProUni para a expansão da educação superior no País, analisando sua abrangência e identificaremos o perfil dos alunos contemplados por bolsas através deste programa.

Para o alcance do objetivo deste trabalho, neste capítulo discutiremos os principais resultados desta pesquisa e apresentaremos um quadro com o perfil dos alunos atendidos pelo programa com um recorte de raça.

4.1 Educação no Brasil e o ProUni

Segundo o Censo 2010 (IBGE), o número de analfabetos no Brasil ainda é grande, tendo a região Nordeste a maior taxa de analfabetismo do Brasil. A Figura 1 apresenta um mapa com a distribuição de analfabetos no Brasil.

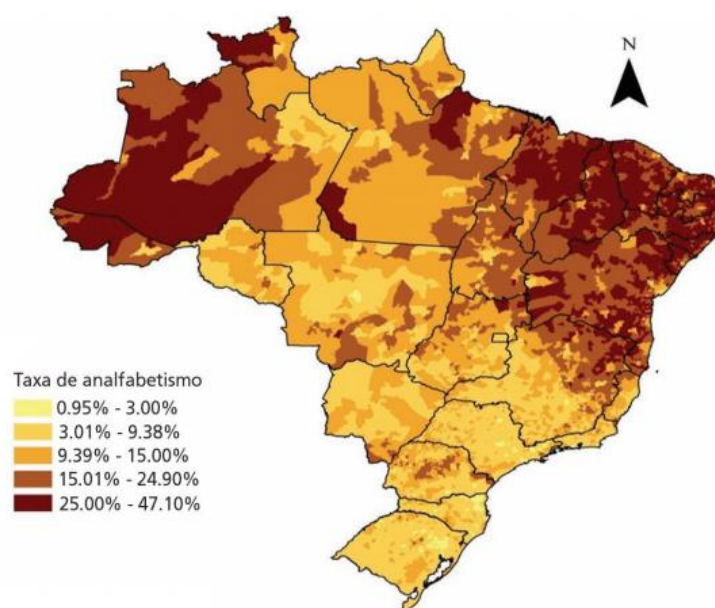


Figura 1 – Taxa de analfabetismo no Brasil (2010).

Fonte: IBGE.

Elaboração: IPEA.

Entre os analfabetos brasileiros, segundo os resultados desta pesquisa realizada em 2010, a maioria é composta por homens e por pessoas que se autodeclararam negros (IBGE, 2010).

Além disso, os dados apresentados no Gráfico 1 a respeito da educação no Nordeste são preocupantes: é a segunda região com a maior taxa de crianças fora da escola (no período compreendido entre 2000 e 2010).

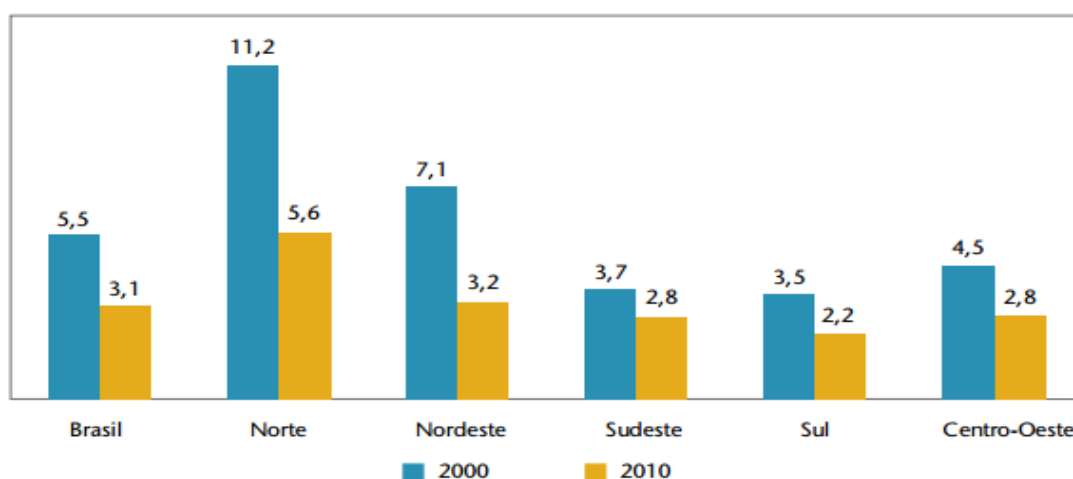


Gráfico 1 – Crianças fora da escola por UF (2000 e 2010).

Fonte: IBGE.

Essas informações apresentados na Figura 1 e no Gráfico 1 chamam a atenção para a baixa escolaridade e baixos índices de analfabetismo na região Nordeste. Além disso, a taxa de analfabetismo é maior entre os negros, o que serve de alerta para a necessidade de implementação de políticas públicas de combate ao analfabetismo, de democratização do ensino básico e de acesso ao ensino superior.

Desde a sua criação, com a Lei nº 11.096 de 2005, o ProUni já ultrapassou em 2013 a marca de 1,2 milhão de alunos atendidos. Entre as regiões, no período de 2005 a 2013, observa-se, no Gráfico 2, que do total de bolsas o Sudeste é a região com maior número de estudantes contemplados pelo ProUni (51%), seguido pelas regiões Sul (19%), Nordeste (15%), Centro-Oeste (10%) e Norte (6%), respectivamente.

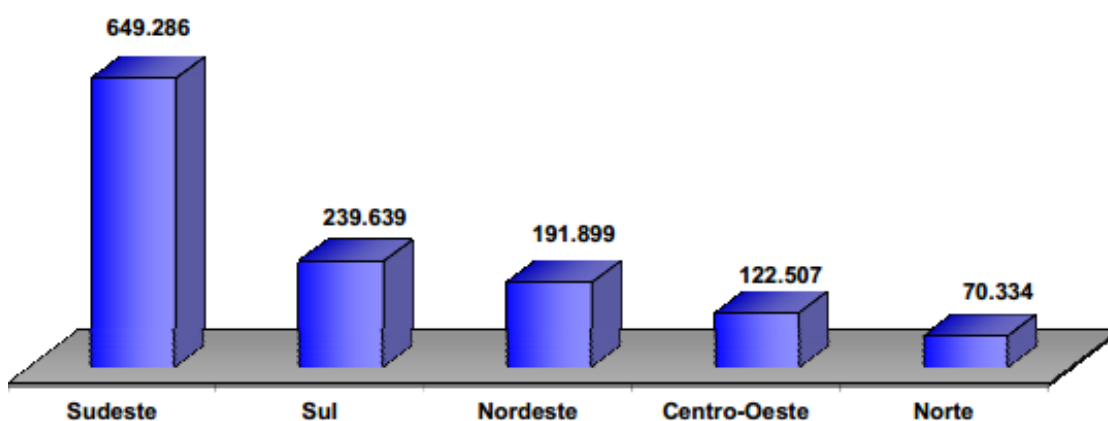


Gráfico 2 – Bolsistas por Região.
Fonte: SisProUni 2013.

Entre a população composta por 1.273.665 estudantes bolsistas do ProUni no mesmo período analisado, apenas 12,5% dos alunos se declararam negros. Dessa forma, como apresenta o Gráfico 3, cerca de 50% da população se autodeclarou parda ou negra.

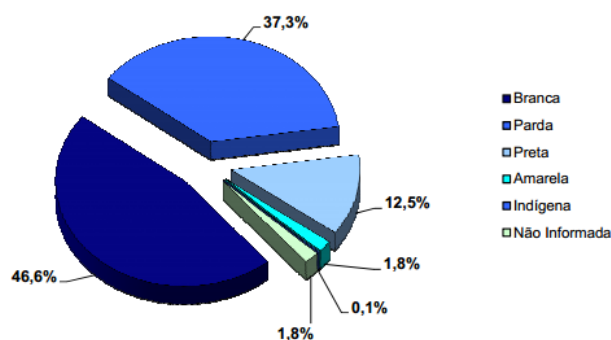


Gráfico 3 – Bolsistas por Raça.
Fonte: SisProUni 2013.

Quando analisamos os estudantes quanto ao gênero, as mulheres representam mais de 50% da população atendida pelo ProUni, como é possível visualizar no Gráfico 4.

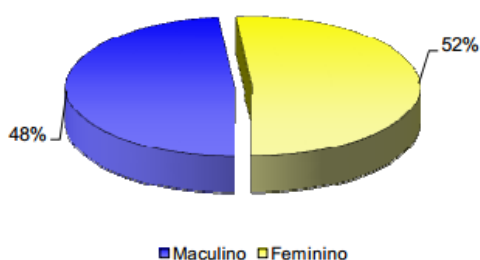


Gráfico 4 – Bolsistas por Sexo.
Fonte: SisProUni 2013.

Quando analisamos a quantidade de bolsas concedidas por modalidade de curso, depreende-se dos Gráficos 5 e 6 que a maioria das bolsas é para cursos presenciais e noturnos.

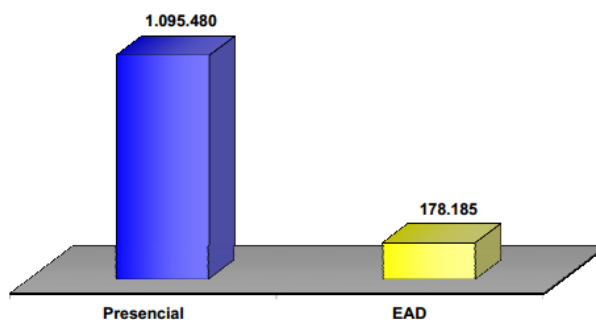


Gráfico 5 – Bolsas por modalidade de ensino.
Fonte: SisProUni 2013.

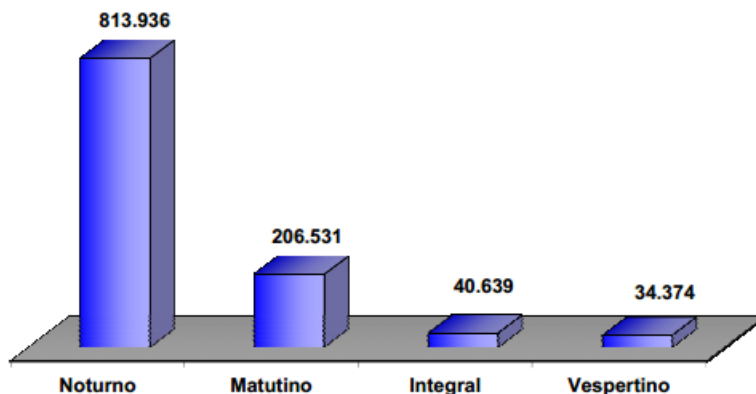


Gráfico 6 – Bolsistas por turno – Cursos presenciais.
Fonte: SisProUni 2013.

Outro fato importante é que quase 70% das bolsas concedidas são integrais (Gráfico 7), ou seja, a maioria dos beneficiados pelo programa são estudantes que possuem renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio (critério para participar do ProUni) e que possivelmente não teriam condições de pagar pelos estudos em uma instituição de ensino superior da rede privada.

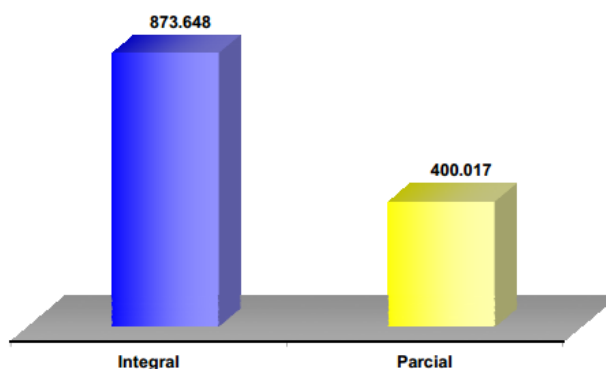


Gráfico 7 – Bolsistas por tipo de bolsa.
Fonte: SisProUni 2013.

Diante dos fatos aqui apresentados, pode-se afirmar que não há uma grande diferença percentual de alunos beneficiados pelo ProUni por gênero. No entanto, a maior parte dos beneficiados se autodeclararam pardos ou negros.

Mais de 70% das bolsas concedidas são integrais e os cursos mais procurados são os presenciais noturnos. Uma hipótese é que os alunos contemplados com bolsas integrais, por terem baixa renda *per capita* familiar

mensal, precisam trabalhar durante o dia para complementar a renda familiar e por isso optam por cursos noturnos.

4.2 Oferta de vagas no Ensino Superior

A universalização do ensino fundamental, o aumento do número de concluintes do ensino médio e a procura dos empregadores por profissionais mais qualificados são fatores que têm contribuído para o aumento da procura por vagas nas instituições de ensino brasileiras. Com a expansão das instituições públicas de ensino e também o surgimento de novas instituições particulares, nota-se um aumento crescente da oferta de vagas e das matrículas efetuadas, como mostra o Gráfico 8.

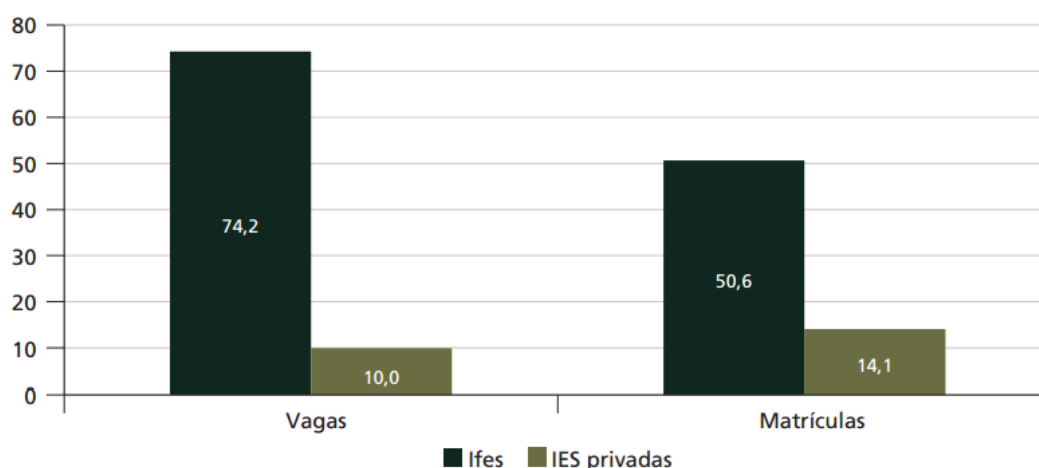


Gráfico 8 – Taxas (%) de crescimento de matrículas e vagas ofertadas em Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e Instituições de Ensino Superior (IES) privada (2007-2011).

Fonte: Inep.

Elaboração: Disoc/IPEA

Outro fator que contribuiu para o aumento de matrículas na rede privada é o surgimento de facilidades oportunizadas pelos financiamentos estudantis (como a criação do Fies e outros) e políticas públicas, como o ProUni, facilitando o acesso às vagas nessas instituições.

Apesar do aumento do número de matrículas na rede privada, consequentes, em parte, da concessão de bolsas do ProUni, em pesquisa

realizada pelo Ipea em 2010, verifica-se no Gráfico 9 que a maioria dos entrevistados considera a quantidade de vagas ofertadas insuficiente, mais de 84% do total.

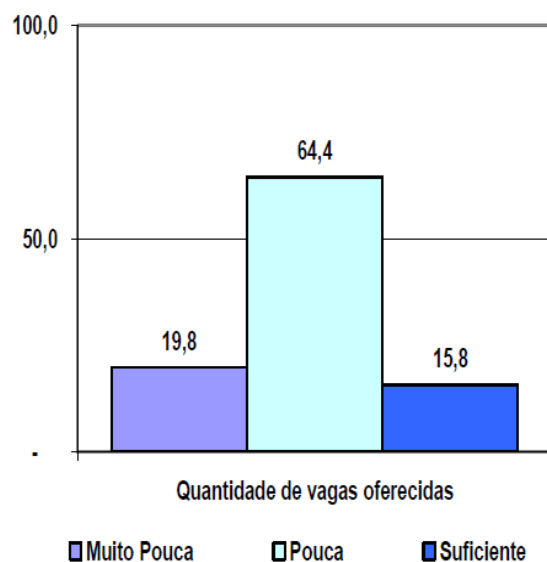


Gráfico 9 – Proporção (%) da opinião dos entrevistados quanto à quantidade de vagas oferecidas pelo ProUni (2010).
Fonte: Sinps/IPEA

Adicionalmente, o plano de expansão da rede pública de ensino superior, o que culminou com a criação de novas universidades, novos campi, além da construção de novos prédios e contratação de professores, foi responsável pelo aumento do número de vagas ofertadas nas instituições federais.

Podemos observar no Gráfico 10 a evolução do número de matrículas no ensino superior público, o qual, a partir de 2007, teve um crescimento acima da média, comparado com os anos anteriores. Esse período de maior crescimento coincide com a ampliação de cursos e vagas nas instituições federais, com a implantação do Reuni, com a criação de novas universidades e com a criação de unidades descentralizadas dos antigos CEFET's, que foram transformados em Instituições Federais Tecnológicas, também com ofertas de vagas no ensino superior.

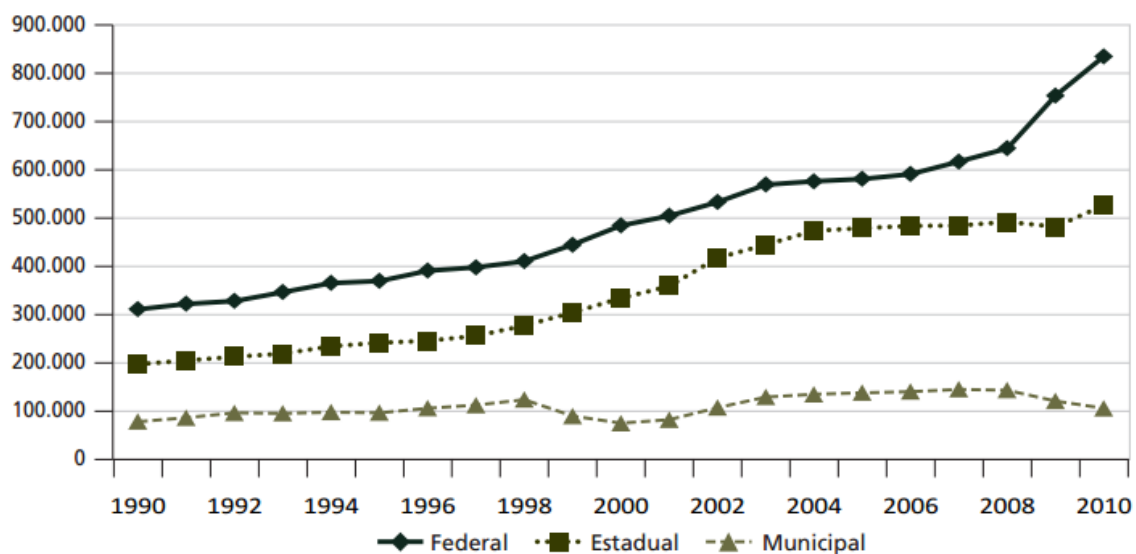


Gráfico 10 – Evolução do total de matrículas no ensino superior público no Brasil (1990-2010).

Fonte: Inep.

Elaboração: Disoc/IPEA

Em todo o Brasil o número de matrículas tem aumento, com destaque para o aumento ocorrido nas regiões Sudeste e Nordeste, conforme é mostrado na Tabela 1.

| | 2004 | | 2007 | | 2010 | |
|---------------|------------------|--------------|------------------|--------------|------------------|--------------|
| | Total | (%) | Total | (%) | Total | (%) |
| Brasil | 4.163.733 | 100,0 | 4.880.381 | 100,0 | 5.449.120 | 100,0 |
| Norte | 250.676 | 6,0 | 303.984 | 6,2 | 352.358 | 6,5 |
| Nordeste | 680.029 | 16,3 | 853.319 | 17,5 | 1.052.161 | 19,3 |
| Sudeste | 2.055.200 | 49,4 | 2.431.715 | 49,8 | 2.656.231 | 48,7 |
| Sul | 793.298 | 19,1 | 864.264 | 17,7 | 893.130 | 16,4 |
| Centro-Oeste | 384.530 | 9,2 | 427.099 | 8,8 | 495.240 | 9,1 |
| Privado | 2.985.405 | 71,7 | 3.639.413 | 74,6 | 3.987.424 | 73,2 |
| Público | 1.178.328 | 28,3 | 1.240.968 | 25,4 | 1.461.696 | 26,8 |
| Federal | 574.584 | 13,8 | 615.542 | 12,6 | 833.934 | 15,3 |
| Estadual | 471.661 | 11,3 | 482.814 | 9,9 | 524.698 | 9,6 |
| Municipal | 132.083 | 3,2 | 142.612 | 2,9 | 103.064 | 1,9 |

Tabela 1 – Total de matrículas no ensino superior - Brasil (2004, 2007 e 2010).

Fonte: Inep.

Elaboração: Disoc/IPEA

Em vários estados do país, como indica o mapa da Figura 2, percebe-se um aumento, em 2010, de novos Centros Federais (CEFET's), campus, além de instituições federais em fase de implantação.

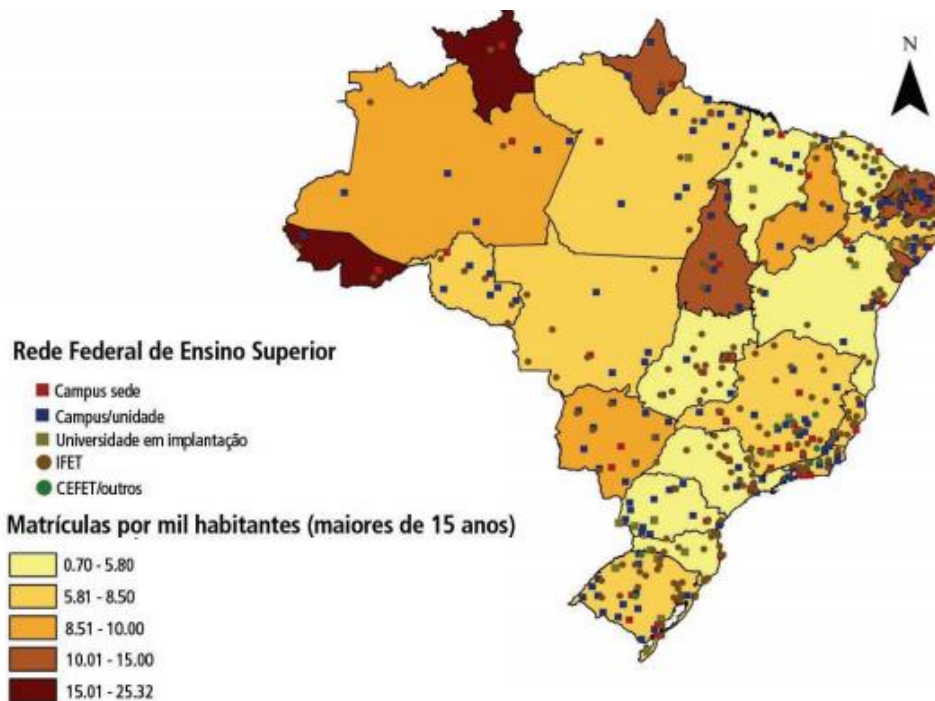


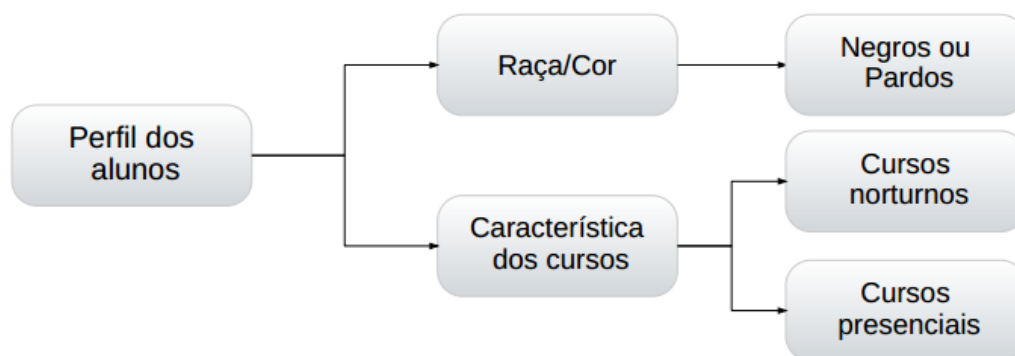
Figura 2 – Alunos matriculados na rede federal de ensino superior por UF (2010).

Fonte: Inep

Elaboração: IPEA Mapas.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através das informações levantadas no capítulo anterior referentes aos alunos que possuem bolsas de estudo do ProUni apresentadas nos Gráficos 3, 6 e 7, identificou-se o perfil da maioria desses estudantes, que é apresentado no Quadro 1.



Quadro 1 – Perfil básico da maioria dos alunos atendidos pelo ProUni.

Fonte: Inep
Elaboração própria.

Como se observa no Gráfico 6, a maior parte dos estudantes bolsistas optaram por cursos noturnos. Segundo Barreiro e Terribili Filho (2007, p.91):

“Sabe-se que a realidade brasileira do período noturno é, em geral, caracterizada por estudantes que trabalham durante o dia, em área não necessariamente associada a seu interesse, o que os leva a tentar obter recursos financeiros para realizar o curso superior”.

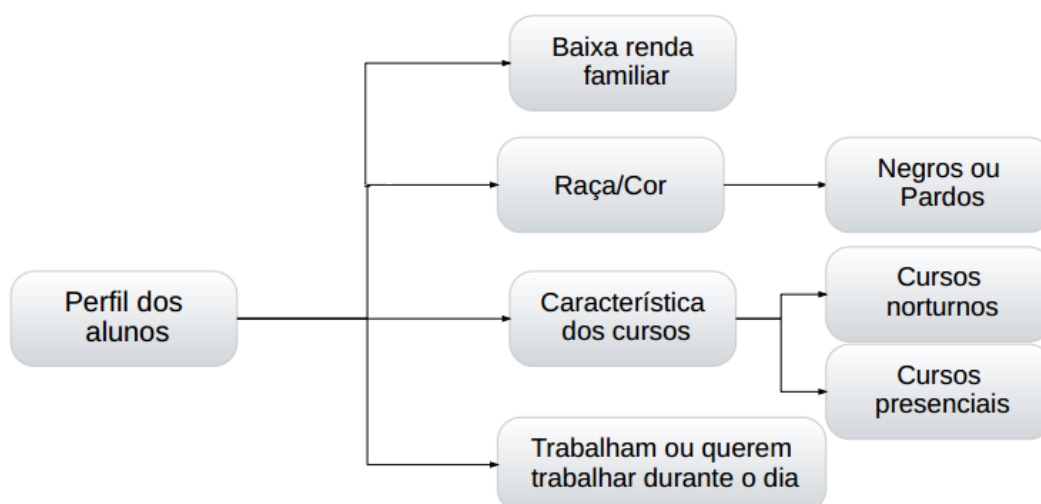
Em outro artigo, Terribili Filho (2008, p.50) aponta possíveis motivos para essa escolha do curso noturno afirmando que:

“Uma das prováveis razões desta elevada concentração no período noturno é a atual conjuntura econômica do país, pois permite que o estudante exerça uma atividade profissional

remunerada [...] durante os anos de curso de graduação, de forma a obter recursos financeiros para a realização do curso, ou mesmo apoiar economicamente sua família.”

De acordo com os autores supracitados, os alunos de cursos noturnos estudam a noite porque trabalham, seja para manter-se estudando ou para apoiar financeiramente sua família.

Com base na afirmação de que a maioria dos estudantes de cursos noturnos trabalha e conforme o Gráfico 7, a maioria das bolsas é integral, ou seja, são alunos com baixa renda per capita familiar mensal, podemos reescrever o Quadro 1, como é mostrado no Quadro 2.



Quadro 2 – Perfil da maioria dos alunos atendidos pelo ProUni.

Fonte: Inep

Elaboração própria.

O Quadro 2 aponta para a necessidade dos alunos em complementar a renda familiar, mesmo recebendo bolsa integral para se manter nos estudos. Nesse sentido, já existe uma ação conjunta com o ProUni, chamada de Bolsa Permanência, que consiste em um benefício (cujo limite de valor é igual ao praticado na política federal de bolsas de iniciação científica), que se destina ao custeio das despesas educacionais do estudante beneficiário de bolsa integral ProUni. No entanto, esses alunos precisam estar matriculados em cursos presenciais de, no mínimo 6 semestres de duração e a carga horária média

seja igual ou superior a 6 horas de aula. Além disso, como a bolsa é destinada única e exclusivamente para cobrir os custos de despesas educacionais, em caso de outra destinação diferente desta, a Bolsa Permanência será encerrada.

Como a Bolsa Permanência não pode ser utilizada para outros fins que não sejam custeios de despesas educacionais, esse valor recebido não pode ser utilizado, por exemplo, para ajudar em despesas familiares do beneficiário. Isso faz com que o aluno prefira ou necessite procurar um emprego no período diurno e estudar a noite, para complementar sua renda, ao invés de receber a Bolsa Permanência e apenas estudar.

Quando nos referimos aos estudantes contemplados por bolsas parciais, também é necessário lembrar que, apesar de sua renda familiar per capita ser um pouco maior que a dos alunos com bolsas integrais, estes também precisam pagar os outros 50% do valor da mensalidade. Os alunos bolsistas parciais, no entanto, recebem algumas facilidades no financiamento estudantil, Fies, mas não têm direito a receber a Bolsa Permanência, como os bolsistas integrais.

Tendo em vista os fatos supracitados, entende-se que além da concessão da bolsa de estudos e Bolsa Permanência, poderia ser criado um programa de inserção dos alunos bolsistas no mercado de trabalho, seja através de estágios remunerados ou até mesmo a busca por empregos que exijam o ensino médio completo ou ensino superior em curso como qualificação mínima ou necessária.

Visto que a maioria dos alunos se autodeclara parda ou negra, podemos identificar possíveis benefícios advindos com o ingresso deste aluno no ensino superior. Alguns benefícios são listados aqui:

- a) maior qualificação e tempo de estudos;
- b) melhor preparação para o mercado de trabalho;
- c) maior probabilidade de encontrar empregos de maior remuneração;
- d) reconhecimento social e familiar;

De posse desses potenciais benefícios o aluno bolsista, após a conclusão do seu curso, terá maior probabilidade de ser inserido no mercado

de trabalho, pleiteando melhores empregos e poderá aumentar a sua renda familiar, conferindo também melhoria de qualidade de vida a sua família.

O jovem negro, beneficiário dessa política educacional, irá, conseqüentemente, aumentar os índices de anos de escolarização do negro no Brasil e o de negros com nível superior, fazendo com que esse programa seja um instrumento de valorização do negro na sociedade e contribuindo também para o desenvolvimento do país, visto o aumento de mão-de-obra melhor capacitada.

Alguns autores consideram a educação um instrumento de ascensão social. Moura (1988), por exemplo, considera que a educação era vista como um meio de ascender social e culturalmente. Bourdier (1995) afirma que o ambiente educacional é veículo de ascensão social. Não obstante, o acesso à educação superior também pode ser considerado instrumento de inclusão e de ascensão do negro na sociedade, atuando também como um mecanismo de combate à discriminação. No entanto, ao ter uma formação superior, o negro obtém reconhecimento social, conferindo-lhe maior mobilidade social e promovendo maiores oportunidades no ingresso no mercado de trabalho, já que a maior escolarização coloca o negro em iguais condições de competir com o branco por uma vaga no mercado de trabalho.

Esta pesquisa constatou que o ProUni é uma política educacional que contribui ativamente para a valorização do negro na sociedade através da ascensão social, promoção de oportunidades, aumento da escolarização, e do aumento da probabilidade de inclusão no mercado de trabalho com maiores remunerações. Dessa forma, conclui-se que o objetivo desse trabalho foi alcançado. No entanto, constatou-se também que tal política precisa estar associada a medidas adicionais que garantam ou que facilitem o acesso destes alunos no mercado de trabalho, pois a maioria precisa trabalhar para manter ou aumentar a renda mensal familiar.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O ProUni é uma política pública educacional que visa facilitar o acesso de jovens com baixa renda familiar per capita ao ensino superior, por meio da concessão de bolsas parciais e integrais de ensino em instituições de ensino superior da rede privada. Essa política permite que jovens pertencentes às camadas menos favorecidas economicamente de nossa sociedade tenham acesso a vagas no ensino superior.

Deste modo, foi proposto investigar se o ProUni é um instrumento de valorização do negro na sociedade. Para isso, traçou-se o perfil da maioria dos estudantes bolsistas e os dados referentes à educação superior no Brasil foram analisados.

Essa pesquisa traçou um retrato do bolsista ProUni através de um quadro que demonstrou que a maioria desses jovens estudantes tem baixa renda familiar, são pardos ou negros, estudam em cursos presenciais noturnos e trabalham durante o dia para manter-se nos estudos e/ou complementar a renda familiar.

O ProUni, enquanto um programa misto, caracterizado pela parceria público-privada e que se apresenta através da disponibilização de bolsas para estudantes de baixa renda em troca de isenção tributária às instituições, mostrou-se como um efetivo instrumento de valorização do negro na sociedade, visto a sua capacidade de melhorar a qualificação deste aluno, dando-lhe melhores oportunidades no mundo do trabalho. Além disso, o negro portador de diploma do ensino superior é valorizado socialmente, ao passo que, segundo alguns autores, a educação é um fator que promove a ascensão social e cultural.

No entanto, essa pesquisa apontou que o ProUni, por si só, não é capaz de atender às necessidades dos bolsistas em todas as suas dimensões, pois muitas vezes o aluno precisa estar inserido no mercado de trabalho para manter-se estudando e também manter, garantir ou aumentar a renda per capita familiar. Isso aponta para uma necessidade de implementar ações que possibilitem o ingresso desse aluno no mercado de trabalho.

Notou-se também, que apesar do aumento de matrículas na rede particular de ensino superior, esse programa também contribui para o alcance de metas do PNE, pois facilita o acesso de jovens ao ensino superior.

A presente pesquisa utilizou dados de ingresso de alunos na educação superior contemplados por bolsas do ProUni. Não foi possível verificar o percentual de alunos bolsistas concluintes e de desistentes pelo fato desses dados não serem gerados ou publicamente disponibilizados pelo Sisprouni. Uma sugestão é estes dados sejam gerados para que pesquisas sejam realizadas a respeito dos alunos concluintes e para que seja possível verificar quantos alunos (inclusive os negros e pardos) concluíram a graduação por terem sido beneficiados pelo ProUni.

Recomenda-se que, em trabalhos futuros seja estudado o perfil dos alunos do Norte e Nordeste, visto que essas regiões têm índices alarmantes de analfabetismo e encontra-se em situação econômica desfavorável em relação às demais regiões do país. Adicionalmente, em trabalhos futuros essa pesquisa poderia estar localizada na região Sudeste, já que esta é a região mais populosa do país e que tem o maior número de beneficiários do ProUni.

REFERÊNCIAS

APPIO, Eduardo. **Controle Judicial de Políticas Públicas no Brasil**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2006.

BARREIRO, Iraíldes, e FILHO, Terribili Armando. **Educação superior no período noturno no Brasil: políticas, intenções e omissões**. Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais. Rio de Janeiro, v.15, n.54, p. 81-102, jan-mar, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n54/a06v1554.pdf>>. Acesso em: 17/05/2014.

BOURDIEU, Pierre. **A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. In: Escritos de Educação. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

BRESSER-PERREIRA, L.C., **Primeiros Passos: Reforma Gerencia**. 2008. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.13.Primeiros.Passos.Reforma.Gerencial.pdf>>. Acesso em: 24/10/2013.

CARVALHO, José Jorge. **Exclusão racial na universidade brasileira: um caso de ação negativa**. In: O negro na Universidade Salvador: Novos toques, n.5, pp.80-99. As ações afirmativas como resposta ao racismo acadêmico e seu impacto nas ciências sociais brasileiras. Disponível em: <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie358empdf.pdf>>. Acesso em: 23/04/2014.

CARVALHO, Cristina H. A., LOPREATO, Francisco L. C. **Finanças públicas, renúncia fiscal e o PROUNI no governo Lula**. Impulso, Piracicaba, p. 93 – 104, 2005. Acesso em: 25/11/2013 Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/imp40art06.pdf>>.

CATANI, A. M. HEY, A. P. GILIOLI, R. S. P. **PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior?** Educar em Revista, Curitiba, n. 28, p. 125-140, dez. 2006.

Constituição Federal, 1988. Acesso em: 20/10/2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

DALLARI, D.A. **O que é participação política**. Ed. Brasiliense: 1931.

DYE, Thomas D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1984.

GATTI, Bernadete A. **Educação superior, seus sentidos e o ProUni**. In: Relatório Observatório da Educação – Pesquisa ProUni e inclusão social. São Paulo, 2011.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_brasil_zip_xls.shtm>. Acesso em: 08/03/2014.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Tradução de Luis Repa. São Paulo: Ed.34, 2003.

HERINGER, R. e FERREIRA, R. **Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008**. In: Caminhos convergentes – Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Orgs.). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, ActionAid, 2009. p.137-162. Disponível em: <http://br.boell.org/downloads/caminhos_convergentes_05_rosana_renato.pdf>. Acesso em: 12/12/2013.

INEP. **Censo da Educação Superior 2011** – Resumo Técnico. <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf>. Acesso em: 22/04/2014.

IPEA. Políticas Sociais: **Acompanhamento e análise**. Volume 1. Brasília: Ipea, 2010.

Lei nº 12.711/2012. Presidência da República, 2012. Acesso em: 20/10/2013. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>.

Lei nº 11.096/2005. Presidência da República, 2005. Acesso em: 21/04/2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm>.

Lei nº 10.172/2001. Presidência da República, 2001. Acesso em: 21/04/2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>.

LEAL, M. C. H.; BITENCOURT, C. M. **A função e a legitimidade do Poder Judiciário no constitucionalismo democrático: um ativismo necessário?** In: REIS, Jorge Renato dos; COSTA, Marli Marlene Moraes da. (orgs). As Políticas Públicas no Constitucionalismo Contemporâneo. 2. t. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

LEHER, Roberto. **ProUni é “bóia de salvação” do ensino privado**. Recife: Reforma Universitária. Caderno 3, ADUFEPE – SSIND, 2004/2005.

LYNN, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Califórnia: Goodyear. 1980.

Medida Provisória nº 213/2004. Presidência da República, 2004. Acesso em: 10/01/2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Mpv/213.htm>.

MOURA, Clóvis. **História do Negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVEN, A. C. **Histórico da educação superior no Brasil**. In: SOARES, M. S. A. (Org.). *A educação superior no Brasil*. Brasília: CAPES, 2002.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

SANTIN, Valter. **Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SISPROUNI. **Dados e Estatísticas**. Disponível em: < http://ProUniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&id=26&Itemid=147 >. Acesso em 22/02/2014.

Presidência da República, **Plano diretor da reforma do aparelho do estado**, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>> Acesso em: 25/10/2013.

TERRIBILI FILHO, Armando. **Ensino superior noturno no Brasil: estudar para trabalhar ou trabalhar para estudar?** Revista Pensamento&Realidade, v.22, p. 43-65. 2008. Disponível em:<<http://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8299/6172>>. Acesso: 17/05/2014.